

PROCESSO LICITATÓRIO DE N.º 00009-25- CC, NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, DO TIPO MAIOR DESCONTO

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
CELEBRADO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL DO
COMÉRCIO – SESC, ADMINISTRAÇÃO
REGIONAL NO ESTADO DO TOCANTINS E
.....

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

CONTRATANTE:

Serviço Social do Comércio – SESC, Administração Regional no Estado do Tocantins, com personalidade jurídica de direito privado, nos termos da lei civil, regido pela resolução Sesc n.º 1593, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.779.012/0001-54, situado na Quadra 301 Norte, Avenida Teotônio Segurado, Conjunto 01, Lote 19, CEP-77.001-226, Plano Diretor Norte, Palmas – TO, neste ato representado pelo **Presidente.....**,,,, Cédula de Identidade RG n.º, devidamente inscrito no CPF/MF sob o n.º, conjuntamente com a **Diretora Regional**,,,, Cédula de Identidade RG n.º, devidamente inscrito no CPF/MF sob o n.º, e do outro lado a,

CONTRATADA:

....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º, situado....., Cidade– UF ..., neste ato representada por,, empresário, inscrito no CPF n.º, residente e domiciliado

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

2.1 - Constitui objeto deste Contrato a prestação de serviços de administração e intermediação de benefício de alimentação/refeição para atendimento aos empregados do Sesc/TO, pelo período de 12 (doze) meses.

2.2- O fornecimento do benefício de refeição deverá ser realizado através de créditos mensais inseridos em cartões, possibilitando aos empregados adquirirem os alimentos *in natura* e refeições prontas através de uma rede de estabelecimentos credenciados, na forma definida pela legislação pertinente, e dispositivos normativos do Ministério do Trabalho e Emprego que regulamentam o Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT.

2.3 – **Cartão Alimentação/Refeição:** Aquele destinado à aquisição de alimentos *in natura* e refeição pronta, a ser utilizado em supermercados, hipermercados, restaurantes, bares, lanchonetes, padarias e similares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CLÁUSULA INTEGRANTE E DE PREVALÊNCIA

3.1 - Constituem partes integrantes deste Contrato, independentemente de transcrição, as condições estabelecidas na **Concorrência Sesc/TO Nº 000009-25 - CC**, e seus anexos e/ou adendos, inclusive a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação apresentados pela Contratada.

3.2 - Havendo contradição entre os referidos documentos prevalecerá o Contrato, o Termo de Referência e a Proposta Comercial, nessa ordem.

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.1 - Os serviços serão prestados pela Contratada em conformidade com as condições dispostas no Edital e Anexo I (Termo de Referência) da **Concorrência Sesc/TO Nº 0000009- CC**.

4.2- Os cartões deverão ser confeccionados e entregues em perfeito estado, em horário comercial, compreendido entre 8h e 18h, considerando o fuso horário de Brasília, até 5 (cinco) dias úteis após a autorização da emissão no seguinte endereço:

4.2.1 - Serviço Social do Comércio – SESC, Administração Regional no Estado do Tocantins situado na Quadra 301 Norte, Avenida Teotônio Segurado, conjunto 01, Lote 19, CEP-77.001-226, Plano Diretor Norte, Palmas – TO.

4.3 - Os créditos de refeição serão fornecidos por meio de cartões eletrônicos, magnéticos com chip, com controle de saldo e senha numérica pessoal e intransferível, para validação das transações eletrônicas em equipamentos POS, PDV ou equipamento similar, no ato da aquisição dos alimentos *in natura*/refeição pronta nos estabelecimentos credenciados.

4.4 - Os créditos de vale alimentação e refeição não terão prazos de vencimento, sendo cumulativos.

4.5 - O cartão deverá ser de plástico, com tarja magnética e chip eletrônico, sendo de uso pessoal, exclusivo e intransferível, representativo dos benefícios de alimentação e refeição.

4.6 - Os cartões deverão ser numerados e identificados com os dados do empregado que liberará os créditos para pagamento de alimentos in natura e refeições nos estabelecimentos credenciados por intermédio de senha privativa.

4.7 - Caso o beneficiário, não utilize o crédito na sua totalidade dentro do mês, o saldo deverá ser acumulado para utilização futura, sem prazo de validade.

4.8 - Os cartões eletrônicos deverão ter tempo de vida útil mínima de 03 (três) anos.

4.9 - Quando ocorrerem mudanças operacionais ou de mercado que obriguem a implantação de cartão ou produto procedente de nova tecnologia, em substituição aos cartões eletrônicos/magnéticos com chip, fica a Contratada obrigada a disponibilizar a tecnologia mais nova, sem nenhum ônus, ao Sesc/TO e aos empregados.

4.10 - Não deverá ser cobrada taxa para emissão, reemissão ou remessa dos cartões eletrônicos/magnéticos;

4.11 - Deverão ser credenciados pela Contratada os principais estabelecimentos fornecedores de refeições prontas composto por redes de supermercados, supermercados, mercados, mercearias, restaurantes, pensões, bares, padarias e confeitarias que forneçam alimentos in natura e refeições ao público prontas mínimo de estabelecimentos credenciados nas seguintes cidades:

- a) 70 (setenta) estabelecimentos credenciados em Palmas/TO;
- b) 60 (sessenta) estabelecimentos credenciados em Araguaína;
- c) 30 (trinta) estabelecimentos credenciados em Gurupi/TO;
- d) 15 (quinze) estabelecimentos credenciados em Porto nacional/TO; e
- e) 15 (quinze) estabelecimentos credenciados em Paraíso/TO.

4.12 - Os cartões não utilizados deverão ser cancelados e os respectivos saldos deverão ser deduzidos da fatura posterior a ser paga.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1 - O valor total previsto para 12 (doze) meses pela execução do objeto contratual é de **R\$ 8.448.000,00 (oito milhões quatrocentos e quarenta e oito mil reais).**

CLÁUSULA SEXTA - DO FATURAMENTO E PAGAMENTO

6.1 - No dia 1º (primeiro) de cada mês, impreterivelmente, a contratada deverá processar e realizar as cargas dos créditos eletrônicos nos cartões magnéticos dos funcionários do Sesc/TO,

objeto deste contrato, de acordo com a relação nominal fornecida pela Coordenadoria de Recursos Humanos do Sesc/TO.

6.2 - Até o 5.º (quinto) dia útil de cada mês, a contratada deverá entregar à Coordenadoria de Recursos Humanos do Sesc/TO, para conferência o relatório ou documento equivalente, mediante o qual possa comprovar haver realizado as cargas de créditos eletrônicos nos cartões magnéticos próprios dos funcionários do Sesc/TO;

6.3 - Nos preços estabelecidos estão inclusas todas as despesas previstas para execução do objeto do presente Contrato, bem como, mão de obra, materiais, serviços, equipamentos, ferramentas, instrumentos, softwares, suporte técnico e manutenção, veículos, máquinas, carga e descarga, armazenagem, vigilância, encargos sociais, tributos, descontos, emolumentos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, contribuições fiscais e parafiscais, uniformes, administração, seguros, taxas, impostos, fretes, custos diretos e indiretos em geral e demais condições de fornecimento necessárias em decorrência, direta e indireta, da execução do objeto deste Contrato.

6.4 - A Nota Fiscal ou documento equivalente será emitido pela Contratada após a efetiva prestação dos serviços, ou seja, após a realização da carga e/ou recargas, e juntada relatório com os dados e valores dos beneficiários, somente após a autorização e aprovação expressa da Fiscalização do Contratante e de acordo com os seguintes procedimentos:

6.5 - A Contratada deverá faturar com os seguintes dados:

- a)** SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC – Administração Regional no Estado do Tocantins;
- b)** CNPJ: 03.779.012/0001-54; e
- c)** Endereço: Sede Administrativa do SESC, sito na 301, norte conjunto 01, lote 19 Avenida Teotônio Segurado, CEP: 77001-226, Palmas /TO.

6.6 - O pagamento será creditado em conta bancária de titularidade da Contratada, em até 15 (quinze) dias úteis contados a partir do “aceite” na Nota Fiscal ou documento equivalente pelos empregados designados para fiscalizar a execução do objeto deste Contrato.

6.7 - A nota fiscal de serviço deverá ser emitida e entregue entre o 1º e o 20º dia do mês. A exigência é necessária para o registro contábil no mês corrente.

6.7.1 - Na hipótese de entrega entre o 21º e o 31º dia, esta deverá ser cancelada pela Contratada e providenciada nova emissão a partir do 1º dia útil do mês subsequente.

6.8 - A Contratada é a única responsável por quaisquer ônus ou despesas decorrentes do cancelamento e da nova emissão do documento fiscal.

6.9 - Caso seja identificada alguma divergência no documento fiscal, recusa de aceitação dos serviços pelo Contratante ou obrigações da Contratada para com terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, inclusive obrigações previdenciárias ou trabalhistas, que possam prejudicar de alguma forma o Contratante, o pagamento será suspenso para que a Contratada providencie a sua regularização.

6.10 - Os ônus decorrentes de sustações correrão por conta da Contratada.

6.11 - Nenhum pagamento isentará a Contratada das responsabilidades deste Contrato, quaisquer que forem, nem implicará em aprovação definitiva da execução, total ou parcialmente.

6.12 - Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos itens e subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

6.13 - Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

6.14 - A Contratada é a única responsável pelo cálculo dos impostos, tributos e taxas do preço praticado pelo presente Contrato, não cabendo ônus ao Contratante em caso de equívocos nestes cálculos.

6.15 - Não será admitida antecipação de pagamento de qualquer natureza e/ou negociação de títulos com instituições financeiras.

6.16 - O pagamento decorrente do presente Contrato poderá ser retido em parte pelo Contratante até o limite dos valores das obrigações trabalhistas/previdenciárias descumpridas ou não comprovadas pela Contratada.

6.17 - O Contratante poderá, a seu critério e a qualquer tempo, compensar eventuais valores que lhe sejam devidos pela Contratada com qualquer crédito desta com o Contratante, inclusive decorrentes de penalidades aplicadas e em caso de ações judiciais ou administrativas, desde que haja prévia notificação, a fim de dar ciência à Contratada da compensação.

CLAUSULA SÉTIMA - DO ACRÉSCIMO

7.1 - O quantitativo de beneficiários poderá alterar a depender da turnover¹ de pessoal (admissões e demissões) Sesc/TO.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

¹ Taxa de rotatividade de colaboradores da empresa Contratada.

8.1 - O prazo de vigência será de 12 meses a contar do início da vigência do contrato, podendo ter eventuais prorrogações que ultrapasse o de 10 (dez) anos, conforme art. 33, §3º da Resolução Sesc nº 1.593/2024, desde que as partes se manifestem por escrito, com antecedência do término do Contrato.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1 - Os valores dos benefícios serão alterados conforme Acordo Coletivo de Trabalho - ACT ou política de benefícios.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

10.1 - Compete ao CONTRATANTE:

- a)** Fornecer e colocar à disposição do CONTRATADO todos os elementos e informações que se fizerem necessários à prestação dos serviços contratados;
- b)** Notificar, formal e tempestivamente o CONTRATADO, sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;
- c)** Notificar o CONTRATADO, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- d)** Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste termo;
- e)** Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pelo CONTRATADO;
- f)** Comunicar o CONTRATADO a ocorrência de divergência entre a Ordem de Compra/Pedido (O.C) e a fatura, promovendo a devolução da fatura para correção;
- g)** Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada na execução do serviço;
- h)** Acompanhar, a execução do serviço, sem prejuízo da responsabilidade do CONTRATADO, e ainda avaliar a qualidade deles, podendo rejeitá-los em parte ou em todo, com exposição de motivos;
- i)** Os serviços contratados a serem prestados ao Sesc/TO, serão vistoriados pelo colaborador competente, responsável, onde havendo qualquer irregularidade na prestação a CONTRATADA será notificada cabendo à correção sem ônus ao CONTRATANTE; e
- j)** Cumprir as demais cláusulas deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 – Compete a Contratada:

- a) Executar os serviços com integral observância às condições estabelecidas neste Contrato, Termo de Referência, e na Proposta Comercial, constantes na Concorrência Sesc/TO Nº 000009-25– CC;
- b) Manter durante a vigência contratual, todas as condições demonstradas para habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e regularidade trabalhista exigidas neste Contrato, que poderão ser solicitadas a qualquer momento pelo Contratante.
- c) Responsabilizar-se por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato.
- d) Efetuar constante supervisão técnica, administrativa e operacional dos serviços, refazendo às suas custas, quaisquer serviços que venham a ser considerados inadequados ou insuficientes pelo Contratante, observando o prazo estabelecido pelo Contratante.
- e) Cumprir, na execução do objeto deste Contrato, as leis vigentes do País, sejam Federais, Estaduais ou Municipais, bem como as determinações constantes nos decretos, regulamentos, portarias, instruções normativas, normas regulamentadoras, e todas as demais que sejam aplicáveis, direta ou indiretamente, à execução dos serviços, com ênfase na legislação trabalhista, previdenciária, civil tributária, ambiental, anticorrupção, saúde e segurança do trabalho, e de todas as demais aplicáveis, que o ordenamento jurídico atribua ou venha a atribuir como dever de cumprimento pela Contratada.
- f) Informar ao Fiscal designado pelo Contratante a ocorrência de qualquer ato, fato ou circunstância que possa impactar na conclusão e/ou manutenção dos serviços, sugerindo as medidas cabíveis para sua regularização.
- g) Seguir as especificações e orientações do Contratante com relação à prestação dos serviços, permitindo e sujeitando a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Contratante para o acompanhamento da execução do Contrato, prestando imediatamente, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, no que se refere à execução dos serviços.
- h) Responder pela violação, extensiva aos seus empregados ou prepostos, das leis, regulamentos ou posturas aplicáveis ao serviço.
- i) Empregar, na execução dos serviços ora contratados, métodos adequados e mão de obra especializada, de modo a integral execução do objeto contratual, conforme previsto neste Contrato.

- j) Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, fiscal, comercial, civil e criminal, bem como, com os tributos e quaisquer ônus que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços ora contratados, inclusive no tocante a empregados, dirigentes, subcontratados ou prepostos, pagando, inclusive, as multas porventura impostas pelas autoridades, devendo dar ciência de tudo ao Contratante através da obrigatória apresentação dos comprovantes correspondentes.
- k) Dispor dos conhecimentos técnicos, gerenciais, operacionais e administrativos e dos meios necessários, suficientes e adequados à plena execução dos serviços mobilizando-os e empregando-os com eficiência e eficácia no cumprimento do Contrato que celebrar, não cabendo qualquer pleito de alteração dos valores contratados pela substituição de métodos e meios de produção incompatíveis com o conjunto dos serviços a realizar nas quantidades, prazos e qualidade requeridos.
- l) Disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo Contratante, todas as informações requeridas pertinentes ao Contrato.
- m) Responder por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes à execução dos serviços que venham porventura a ser solicitados pelo Contratante.
- n) Reconhecer os Fiscais do Contrato, bem como outros empregados que forem indicados pelo Contratante, para realizar as solicitações relativas à contratação, tais como esclarecimento de dúvidas, solicitação de relatórios de prestação de serviço, dentre outras.
- o) Prestar todos os esclarecimentos técnicos solicitados pelo Contratante, relacionados à execução contratual.
- p) Não utilizar o nome do Sesc, a qualquer pretexto, na propaganda e/ou divulgação dos serviços prestados à instituição, sem o consentimento expresso e formal do Contratante
- q) Garantir que a execução do objeto deste Contrato não infrinja quaisquer direitos de propriedade intelectual, tais como patentes e direitos autorais, responsabilizando-se pelos prejuízos resultantes e eventuais demandas relativas à propriedade dos programas e/ou sistemas.
- r) Cumprir a Política de Segurança da Informação (PSI) e normas administrativas do Contratante, respondendo pelas violações de segurança, ficando sujeita às medidas cabíveis.

s) Observar as normas de segurança vigentes nas dependências do Contratante, notadamente quanto à identificação, acesso físico e virtual, trânsito e permanência em suas dependências, devendo para tanto, estar portando “crachá” de identificação.

t) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados nas dependências do Contratante.

u) Cumprir o objeto deste contrato em estrita concordância e obediência à ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, aos Órgãos Regulamentadores e à Legislação Municipal, Estadual e Federal pertinentes.

v) Manter a quantidade mínima de estabelecimentos credenciados ativos, conforme subitem 5.3.1 e subitens do Terno de Referência – Anexo I do Edital.

w) Informar ao Contratante, semestralmente, eventuais alterações na relação dos estabelecimentos credenciados, disponibilizando os nomes dos novos estabelecimentos.

x) Disponibilizar por pen drive, arquivo físico ou digital ou por meio de sítio eletrônico, ao Contratante a relação dos estabelecimentos ativos credenciados nacionalmente, em todos os municípios onde a Contratada possua estabelecimento ativo credenciado, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da assinatura do presente Contrato.

y) Realizar os credenciamentos solicitados pelo Contratante.

z) Credenciar somente os estabelecimentos que estejam regulares junto aos órgãos fiscalizadores de saúde e que possua alvará de funcionamento.

aa) Disponibilizar o crédito dos cartões em até 5 (cinco) dias, a partir do recebimento da solicitação pelo Contratante, enviada por e-mail.

bb) Disponibilizar, por meio eletrônico e/ou telefônico, canal para consulta de saldo disponível pelo usuário do cartão eletrônico/magnético.

cc) Comunicar ao Contratante, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, as razões que impossibilitem os atendimentos dos prazos previstos neste Contrato.

dd) Reemitir sem custo ao Contratante os cartões eletrônicos/magnéticos, na forma de vale alimentação/refeição, por ocasião de perda, roubo, quebra, defeito, bloqueio, prorrogação de contrato, alteração de tipo de benefício ou qualquer problema que vier a ocorrer com a empresa, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da solicitação pelo Contratante, enviada por e-mail.

ee) Inserir os créditos mensais impreterivelmente no 1º (primeiro) dias útil a contar da solicitação pelo Contratante, enviada por e-mail/sistema.

ff) Fornecer ao Contratante, no prazo de até 5 (cinco) dias, a partir da solicitação, esclarecimentos a respeito de informações sobre a não aceitação dos cartões por estabelecimentos credenciados, detalhando as providências adotadas e as soluções propostas.

gg) Providenciar o credenciamento de novos estabelecimentos em atendimento às necessidades manifestadas pelo Contratante.

11.2 - As obrigações mencionadas acima não isentam a Contratada da necessária observância e cumprimento daquelas fixadas no Edital, em seus Anexos e/ou Adendos, especialmente aquelas definidas nas especificações técnicas e condições da prestação dos serviços descritas no Termo de Referência, bem como na Proposta Comercial, constantes da Concorrência Sesc/TO Nº 000009-25 - CC, e as demais previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CLÁUSULA INTEGRANTE

12.1 - Constitui partes integrantes deste contrato, independente de transcrição, as condições estabelecidas no processo licitatório **Sesc/AR Nº. 000009-25 – CC, o Termo de Referência, bem como seus anexos e a proposta de menor preço** e os documentos de habilitação apresentados pelo licitante contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO TRABALHISTA

13.1 - O CONTRATADO reconhece que não se estabelecerá qualquer vínculo empregatício entre o CONTRATANTE e terceiros eventualmente envolvidos na execução dos serviços, objeto do presente contrato.

13.2 - O CONTRATADO assume a obrigação de suportar espontânea e integralmente todos os custos e despesas relativas a reclamações trabalhistas, que sejam eventualmente instaurados ou ajuizados contra o CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO SESC/TO

14.1 O Serviço Social do Comércio – Sesc/AR/TO credencia como fiscais deste contrato, os colaboradores, o sr. xxxxxx (titular) e o sr. xxxxxxxx (suplente), para as entregas a serem realizadas no junto a Gerência de Recursos Humanos na Sede Administrativa de Palmas/TO.

14.2 Os fiscais são investidos de plenos poderes para, diretamente ou através de auxiliares, exercer a fiscalização geral e total do objeto deste instrumento, tendo como atribuições principais:

14.2.1 - Exigir do Contratado a estrita observância às estipulações deste contrato, às normas do Serviço Social do Comércio – Sesc/TO e à melhor técnica consagrada pelo uso para a execução do objeto do presente Instrumento;

14.2.2 - Recusar os métodos de trabalho ou processos de execução que, ao seu critério, estejam em desacordo com as exigências e padrões técnicos e administrativos estipulados pelo presente contrato;

14.2.3 - Dar permanente assistência, na interpretação e na solução dos problemas indicados pelo Serviço Social do Comércio – Sesc/TO; e

14.2.4 Determinar os prazos para cumprimento das exigências.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA COMUNICAÇÃO

15.1. Para os fins de comunicação no âmbito deste contrato, todas as notificações, avisos ou comunicações serão realizados por escrito, enviadas por via postal ou por correio eletrônico, com aviso de leitura e ou entrega, carta registrada ou por intermédio de Cartório do Registro de Títulos e Documentos, devendo sempre observar o disposto abaixo:

FISCAL (is) DO CONTRATO:

Nome:

Endereço: Telefone:

E-mail:

CONTRATADO:

Nome:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

15.2. As comunicações/notificações realizadas conforme disposto nesta Cláusula, serão consideradas entregues:

I. No momento da entrega, se entregues em mãos, mediante protocolo;

II. No momento do recebimento, se enviadas por correio ou courier; e

III. No momento indicado no próprio e-mail se enviadas por meio eletrônico.

15.3. Ficam obrigados o CONTRANTE e o CONTRATADO a notificar um ao outro em caso de alteração nos endereços acima.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PENALIDADES

16.1 - Em caso de inexecução total, parcial, ou qualquer outra inadimplência, sem motivo de força maior, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, no que couber, garantida a prévia defesa, às penalidades previstas na legislação aplicável, para as seguintes as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa;

c) **Suspensão** do direito de licitar ou contratar com o CONTRANTE, por prazo não superior a 03 (três) anos;

d) **Impedimento do direito de licitar, com abrangência nacional** por prazo mínimo de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos.

16.2 - A penalidade de advertência poderá ser aplicada nos seguintes casos, independentemente da aplicação de multa:

a) Descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, desde que não acarretem prejuízos para o CONTRANTE;

b) Execução insatisfatória ou inexecução dos serviços de entregas, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária;

c) Pequenas ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços de entregas do CONTRANTE.

16.3 – Por atraso injustificado:

a) multa de 1% (um por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia, incidente sobre o valor das Ordens de Compras/Pedidos (O.C);

b) multa de 1,5% (um vírgula cinco por cento) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, incidente sobre o valor deste contrato, sem prejuízo da rescisão deste a partir do 60º (sexagésimo) dia de atraso.

16.4 - Por inexecução parcial ou total:

a) pelo descumprimento das obrigações preceituas neste contrato, a ser aplicada de acordo com a conduta e o nível de gravidade;

b) de 20% (cinco por cento) sobre o valor das Ordens de Compras/Pedidos – O.C;

c) quando se tratar de inexecução parcial, o valor da multa deverá ser proporcional ao valor do serviço que deixou de ser prestado.

16.5 - As multas a que se referem o subitem 16.3 não impedem que o contratante rescinda unilateralmente este contrato e aplique as outras sanções previstas no item 16.1, em suas letras “a”, “b” e “c”, facultada a defesa prévia do contratado, no respectivo processo.

16.6 - As multas aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo contratante.

a) Inexistindo pagamento devido pelo Sesc, ou sendo estes insuficientes, caberá o contratado efetuar o pagamento do que for devido, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da comunicação de confirmação da multa.

b) Não se realizando o pagamento nos termos definidos nesta cláusula, far-se-á sua cobrança judicialmente.

16.7 - A penalidade de Suspensão do direito de licitar ou contratar com o CONTRANTE por prazo não superior a 03 (três) anos no que corresponde a letra “c” do Item 16.1, poderá ser aplicada quando houver inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais assumidas, sem prejuízo de outras penalidades previstas no edital ou neste contrato.

16.8 – A penalidade de Impedimento do direito de licitar, com abrangência nacional por prazo mínimo de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos no que corresponde a letra “d” do Item 16.1, sem prejuízo de outras penalidades previstas no edital ou neste contrato, poderá ser aplicada quando contratado

- a) apresentar ao contratante qualquer documento falso ou falsidade, no todo ou em parte;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

17.1 - Constituem motivos para rescisão unilateral do contrato, por parte do contratante, os seguintes:

- a) O não cumprimento de cláusulas desta ata, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas deste contrato, especificações e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando o contratante a comprovar a impossibilidade da prestação dos serviços nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado na prestação dos serviços;
- e) A suspensão do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao contratante;

f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial sem prévia anuência do contratante;

g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução dos serviços, assim como a de seus superiores;

17.2 - A rescisão deste contrato poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o contratante.

a) A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de parecer do responsável pela contratação e de autorização escrita e fundamentada do Gerente Administrativo do contratante.

b) A rescisão deste contrato poderá dar-se, ainda, judicialmente, nos termos da legislação em vigor.

17.3 - Os casos de rescisão do contrato serão formalmente motivados nos autos do processo de contratação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.4 - Sem prejuízo das sanções previstas na cláusula seguinte, na hipótese de rescisão administrativa do presente contrato, o contratante reservasse o direito de reter os créditos decorrentes da ata até o limite dos prejuízos causados ao mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

18.1 - As Partes obrigam-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”).

18.2 - O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º e/ou 11 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) (“LGPD”), e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular dos dados pessoais, bem assim que o tratamento será limitado ao atingimento das finalidades de execução do presente instrumento.

18.3 - Fica estipulado que as Partes deverão se adequar em caso de modificação dos textos legais indicados na Subcláusula acima ou de qualquer outro, de forma que exija modificações na estrutura do escopo deste Contrato ou na execução das atividades ligadas a este Contrato.

18.4 - Se houver alguma disposição que impeça a continuidade do Contrato conforme as disposições acordadas, o **CONTRATANTE** poderá resolvê-lo sem qualquer multa, penalidade, ou indenização, apurando-se os serviços prestados e/ou produtos fornecidos até a data da rescisão e consequentemente valores devidos correspondentes.

18.5 - A CONTRATADA declara-se ciente dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis, constantes da LGPD, e obriga-se a adotar todas as medidas de segurança, técnicas e administrativas adequadas para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados que irão realizar operações de tratamento com os dados pessoais, na extensão autorizada na referida lei e nos limites do que for estritamente necessário à finalidade deste instrumento.

18.6 - A CONTRATADA deve dar ciência aos seus empregados, diretores, prepostos, clientes, fornecedores e parceiros sobre as legislações vigentes sobre Proteção de Dados Pessoais e garantir que possui todos os consentimentos e avisos necessários para permitir o tratamento de dados pessoais dos respectivos titulares a serem necessários para a execução do serviço.

18.7 - A CONTRATADA se obriga a obter todos os consentimentos e avisos necessários para permitir a transferência legal de dados pessoais de todos os membros da sua equipe técnica, pessoal de apoio, prepostos, colaboradores, parceiros e demais empregados, para que o **CONTRATANTE** possa realizar operações de tratamento desses dados, em cumprimento à finalidade deste instrumento, em conformidade com a LGPD.

18.8 - Ao CONTRATANTE é permitido manter e utilizar os dados pessoais da **CONTRATADA** durante todo o período contratualmente firmado para as finalidades relacionadas nesse instrumento e ainda após o término de vigência para cumprimento de obrigação legal ou por obrigações impostas por órgãos de fiscalização, nos termos do art. 16 da Lei nº 13.709/2018.

18.9 - A CONTRATADA, neste ato, garante ao **CONTRATANTE** que todos os dados pessoais coletados, produzidos, receiptados, classificados, utilizados, acessados, reproduzidos, transmitidos, distribuídos, processados, arquivados, armazenados, eliminados, avaliados ou controlados pela informação, modificados, comunicados, transferidos, difundidos ou extraídos em razão do presente Contrato, serão tratados em conformidade com as legislações vigentes aplicáveis, sob pena de indenizar o **CONTRATANTE** pelos prejuízos que este venha a incorrer em razão de eventuais demandas judiciais ou administrativas, que sejam prejuízos, moral, material ou perdas e danos ocasionados ao **CONTRATANTE**, seus empregados, clientes ou fornecedores e parceiros, tais como, mas não se limitando a, despesas como honorários advocatícios, custas judiciais e taxas administrativas.

18.10 - A CONTRATADA se obriga a realizar a correção, eliminação, anonimização ou bloqueio de dados, quando notificada pelo **CONTRATANTE**, nos casos de requisição do titular de dados pessoais ao **CONTRATANTE**.

18.11 - A CONTRATADA deverá manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar, bem como deverá adotar as melhores práticas e implementar medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra situações, acidentais ou ilícitas, de destruição, perda, alteração, comunicação, difusão, acesso não autorizado, ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito, além de garantir a segurança no âmbito do tratamento de dados pessoais.

18.12 - A **CONTRATADA** deverá notificar o **CONTRATANTE**, imediatamente, por e-mail aos Fiscais do Contrato indicados neste Contrato, em caso de reclamações e solicitações que venha a receber do titular de dados pessoais, bem como notificações, citações ou intimações judiciais ou administrativas em relação à conformidade com a proteção de dados identificadas em razão do presente Contrato.

18.13 - A **CONTRATADA** deverá notificar o **CONTRATANTE**, por e-mail aos Fiscais do Contrato indicados neste Contrato, em 24 (vinte e quatro) horas, em virtude de:

18.13.1 - Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de dados pessoais;

18.13.2 - Qualquer descumprimento das obrigações contratuais relativas ao processamento e tratamento dos dados pessoais; e

18.13.3 - Qualquer violação de segurança no âmbito das atividades da **CONTRATADA**.

18.14 - As Partes comprometem-se a cooperar entre si, auxiliando, na medida do razoável, no cumprimento de obrigações judiciais ou administrativas, de acordo com a Lei de Proteção de Dados Pessoais aplicável, fornecendo as informações disponíveis e ações necessárias para documentar e eliminar a causa e os riscos impostos por quaisquer violações de segurança, com relação aos dados pessoais utilizados na execução do objeto do presente Contrato.

18.15 - O descumprimento do item acima, ou eventual descumprimento de quaisquer deveres ou obrigações legais, contratuais, judiciais ou administrativos, por uma das Partes contratantes, somente gerará responsabilidade solidária nos termos previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Nos demais casos, apenas a Parte responsável estará sujeita às sanções legais e contratuais cabíveis.

18.16 - O **CONTRATANTE** terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da Contratada com a Proteção de Dados Pessoais, sem que implique em qualquer diminuição da responsabilidade da **CONTRATADA**.

18.17 - O presente Contrato não transfere a propriedade de quaisquer dados do **CONTRATANTE** ou dos seus empregados, clientes, fornecedores e parceiros para a **CONTRATADA**.

18.18 - A **CONTRATADA** se obriga a não utilizar, compartilhar ou comercializar quaisquer dados pessoais, que se originem e sejam criados a partir do tratamento de dados pessoais, que tenha acesso em razão do presente Contrato.

18.19 - A **CONTRATADA** manifesta seu consentimento para autorizar o **CONTRATANTE** a compartilhar seus dados pessoais com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para as finalidades listadas neste instrumento, e desde que respeitados os princípios da boa-fé, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados,

transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização e prestação de contas.

18.20 - Cada parte obriga-se a manter o mais absoluto dever de sigilo e confidencialidade relativamente a toda e quaisquer informações e dados pessoais tratados a que ela ou quaisquer de seus diretores, empregados e/ou prepostos venham a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiado em razão da celebração e execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 - Para todos os fins e efeitos, o contratado é tido como parte independente, sem qualquer vínculo com o contratante a não ser o estritamente contratado, e todas as pessoas empenhadas nas obrigações contratuais não são consideradas representantes ou empregadas do contratante.

19.2 - As quantidades a serem solicitadas, deverão seguir o quantitativo deste contratado.

19.2.1 - Se durante a vigência do contrato houver oscilação do preço praticado no mercado, comprovado através de pesquisa, deverá haver realinhamento, mediante manifestação das partes.

19.2.2 - Durante a análise do realinhamento, o contratado deverá realizar os atendimentos dos itens contratados até o deferimento da solicitação de reequilíbrio.

19.3 - Será inaceitável por qualquer motivo, que o contratado não realize a entrega dos produtos, cabendo a ela solucionar possíveis imprevistos em tempo hábil afim de não prejudicar o andamento das atividades do contratante.

19.4 - Quaisquer alterações deste contrato deverão ser procedidas através de termo aditivo, com a devida anuência das partes contratantes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1 - - As PARTES e as testemunhas declaram e concordam que o presente instrumento, incluindo todas as páginas de assinatura e eventuais anexos, todas formadas por meio digital (documento nato-digital), representam a integralidade dos termos entre elas acordados, substituindo quaisquer outros acordos anteriores formalizados por qualquer outro meio, verbal ou escrito, físico ou digital, nos termos dos art. 107, 219 e 220 do Código Civil. As PARTES renunciam à possibilidade de exigir a Sesc Serviço Social do Comércio | Departamento Regional Tocantins | www.sescto.com.br, envio ou entrega das vias originais (não-eletrônicas) assinadas do instrumento, bem como renunciam ao direito de recusar ou contestar a validade das assinaturas eletrônicas, na medida máxima permitida pela legislação aplicável. Adicionalmente, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, as PARTES expressamente concordam em utilizar e reconhecem como válida qualquer forma de comprovação de anuência aos termos ora acordados em formato eletrônico, ainda que não utilizem de certificado digital

emitido no padrão ICP-Brasil, incluindo assinaturas eletrônicas na plataforma Adobe Sign (<https://www.adobe.com/br/sign.html>). A formalização das avenças na maneira supra acordada será suficiente para a validade e integral vinculação das partes ao presente Termo.

20.2 - Para dirimir dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento não resolvidas pelos partícipes, fica eleito o foro da Comarca de Palmas, Capital do Estado do Tocantins, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiada que seja ou venha ser.

Palmas/TO,de de 2025.

Presidente CR/Sesc/TO

Diretora Geral do Sesc – TO

Contratado

Minuta do Contrato.pdf

Documento número #672f6f6f-6c04-4381-9098-2b0dba6297f2

Hash do documento original (SHA256): e2cc495728e4c1ad9a92a64bfeeed5a2c86c13a04fa47cfe380bd0f4555eda5c

Assinaturas



Adílio Rodrigues Ribeiro

CPF: 966.529.771-68

Assinou em 04 jul 2025 às 17:37:14

Log

04 jul 2025, 15:23:38	Operador com email gestaodecontratos@sescto.com.br na Conta 519242cb-83a7-4202-a85c-e51b6135f16a criou este documento número 672f6f6f-6c04-4381-9098-2b0dba6297f2. Data limite para assinatura do documento: 03 de agosto de 2025 (15:23). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
04 jul 2025, 15:25:09	Operador com email gestaodecontratos@sescto.com.br na Conta 519242cb-83a7-4202-a85c-e51b6135f16a adicionou à Lista de Assinatura: adilio@sescto.com.br para assinar, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Adílio Rodrigues Ribeiro e CPF 966.529.771-68.
04 jul 2025, 17:37:14	Adílio Rodrigues Ribeiro assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail adilio@sescto.com.br. CPF informado: 966.529.771-68. IP: 177.126.90.42. Componente de assinatura versão 1.1259.1 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
04 jul 2025, 17:37:15	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 672f6f6f-6c04-4381-9098-2b0dba6297f2.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 672f6f6f-6c04-4381-9098-2b0dba6297f2, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.